



i

03-04-2019

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 14000

Temática: Política

Dimensão: 916 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 10



As audições na AR decorreram à porta fechada

DR

Tancos. Elementos da PJM ouvidos no Parlamento

Major Pinto da Costa e o sargento Mário Lage de Carvalho afirmaram que só estavam a cumprir ordens superiores.

TATIANA COSTA
taticiana.costa@ionline.pt

Dois membros da Polícia Judiciária Militar (PJM) estiveram ontem a ser ouvidos no Parlamento, no âmbito da investigação ao assalto de Tancos. As audições decorreram à porta fechada.

Durante a manhã de ontem, o major Pinto da Costa e o sargento Mário Lage de Carvalho, também arguidos no caso, asseguraram que as ordens que receberam ligadas à recuperação do material militar roubado vieram de superiores, segundo fontes que estiveram na sala onde decorreram os depoimentos, citadas pelo *Expresso*.

Durante a audição, os dois arguidos confirmaram ainda que as ordens recebidas "foram orais" e garantiram que tudo o que fizeram foi apenas cumprir ordens, passando assim a responsabilidade para a "hierarquia da PJM".

AUDIÇÕES ADIADAS Para o dia de hoje estavam agendadas as audições de João Paulino – arguido no caso e suspeito de ser o líder do grupo de assaltantes – e Paulo Lemos – também arguido no processo e indicado como sendo o informador que terá servido de ponte entre os elementos da GNR de Loulé e os assaltantes. Contudo, dois partidos políticos acharam que não

era necessário ouvir os dois suspeitos e, por isso, foram dispensados.

A proposta foi feita pelo CDS e teve a concordância do PSD. Por essa razão, a comissão de inquérito ao assalto de Tancos dispensou os dois arguidos.

O deputado do CDS Telmo Correia justificou a decisão com o facto de aquela comissão ter como propósito apurar "responsabilidades políticas" e melhorar as "condições de condenação nesta matéria", não servindo para "matéria que choque ou colida diretamente com o inquérito".

"As audições anteriores a responsáveis da Polícia Judiciária,

do Ministério Público e da Polícia Judiciária Militar levamos a esta posição", completou o deputado.

O material militar desapareceu de um dos paióis de Tancos em junho de 2017. O caso começou a ganhar grandes contornos quando, quatro meses depois, as armas roubadas apareceram na região da Chamusca – a cerca de 20 quilómetros de Tancos.

Apesar de as armas terem sido recuperadas, a investigação continuou, mas com novos desen-

volvimentos: o inquérito inicial para apurar as circunstâncias em que o material foi roubado prosseguiu e foi aberto um novo inquérito para apurar a forma como a PJM recuperou as armas.

Segundo a tese da PJM, em outubro de 2017, o piquete daquela força militar terá recebido uma chamada anónima a indicar a localização das armas roubadas. Mas desde o início que esta tese levantou suspeitas.

Os elementos da PJM tinham ido ao terreno, contando com a ajuda da GNR de Loulé, sem informarem os responsáveis pelo inquérito aberto ao assalto.

Mais tarde, veio a público que o aparecimento das armas terá sido negociado com o líder do grupo de assaltantes e a chamada anónima para o piquete terá sido forjada. Se o plano corresse como previsto, a PJM ganharia os louros de resolver o caso e os assaltantes mantense-iam anónimos.

Na sequência deste caso, o ministro da Defesa na altura, Azeredo Lopes, demitiu-se. O chefe do Estado-Maior do Exército, Rovisco Duarte, também apresentou a demissão.

A comissão de inquérito foi pedida pelo CDS e vai continuar até junho de 2019.

Comissão de inquérito foi pedida pelo CDS e vai continuar até junho de 2019

CDS e PSD pediram a dispensa das audições de João Paulino e Paulo Lemos